ATA DA REUNIÃO-CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO-CMDU

Data: 13 de Março de 2025-Horário: 09:30hs

Local: Auditório do 7º andar do Paço Municipal

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, Presidente Marcelo Manara deu início a plenária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, cumprimentando os participantes que estão presentes e também os que estão via remota. Convinda àqueles que estão via remota a "virem comer um pedaço de bolo que a Marisa trouxe, e a tecnologia ainda não permite oferecer um pedaço desse bolo para quem está via remota, mas que ainda dá tempo ainda de sairem correndo e chegar e aproveitar que a Marisa é a nossa boleira oficial, o bolo é concorrido". Antes de iniciar a pauta Presidente, reforça o convite para sábado, todos para participarem da Sétima Conferência das Cidades, que vai acontecer no CEFE das 8 e meia da manhã até 17:30, importante a presença do CMDU. E, todos os conselheiros podem se apresentar, ou pelas instituições que representam no Conselho, uma vez que tem uma sinergia e um nexo total, um debate desses. São cinco eixos, onde todos devem já ter recebido a programação e a estrutura desse debate que acontece no sábado. Então, reforçando o convite para que possam contribuir no processo de discussão das diretrizes e também a eleição dos delegados. Lembra que tem que eleger 60 delegados distribuídos entre vários segmentos. Presidente agradece o apoio do CMDU na figura da Ângela Paiva, que esteve junto com o Jefferson Rocha, representando o COMAN e o Renato Veneziani, representando o CMDR, que, "conversando na Secretaria de Governança, fez ver o quanto que os conselhos estão bem conduzidos, estão funcionais, estão caminhando sob a coordenação da nossa boleira secretária-executiva, a Marisa. Então, contribuíram também para solicitar esse retorno da Marisa a essa função para que a gente possa continuar sem sobressaltos as reuniões e essa organização que a Marisa tem feito de forma exemplar. Então, agradecer também ao CMDU por essa disponibilidade e atenção nessa negociação com a Secretaria de Governança. O secretário Jhonis foi bem sensível a isso também, entendendo essa necessidade". Informa aos conselheiros que,

esteve andamento com a Denise, pelas obras, tanto da Praça San Rafael quanto da Praça Verão. Sugere, para que o CMDU faça uma visita oficial, para ver o andamento das obras que foram aprovadas pelo Conselho Gestor, também por essa plenária, o uso dos recursos do FMDU para essas importantes conquistas para toda a cidade, para a sociedade. São duas praças belíssimas que serão importantes no atendimento à população. Presidente parabeniza o prefeito Anderson Farias pelo aniversario na data de hoje. Segue a pauta com novos membros titulares e suplentes, algumas alterações em razão da entrada de um novo mandato e as secretarias indicando novos representantes. Presidente segue dando posse pela SEURBS, entra como suplente Carlos Eduardo Portes e mantém o titular Juarez Vasconcelos. Pela SEMOB, Débora Redondo passa ser titular e o suplente Almir Rodolfo Gonçalves e Titular, Rodolfo de Souza Alves, suplente Márcio dos Santos Galvão, também pela SEMOB. Pela SGHO, Secretaria de Obras, assume como suplente Valdir Martiniano, pela Secretaria de Apoio Jurídico, a titular Gabriela Abramides, suplente João Paulo Gregório Canelas. Pela SASC, mantém o titular, o suplente passa a ser o Rodrigo Alexandre Gonçalves. Pela Secretaria de Saúde, mantém a suplente Fabiana Augusto e assume o titular José Fábio e pela SGAF, assume como titular a Elena Tateishi, mantém a suplência o Marcelo. Presidente agradece e deseja boas vindas, em nome do CMDU, o esforço e a atenção de todos, que, sem dúvida nenhuma, vão contribuir para o engrandecimento do CMDU e declara já empossados os novos membros. Justifica a ausência na reunião de Marisa Mascarenhas, José Renato Dias Fedato e Maria Rita de Cássia Singulano. Segue acom a aprovação da ata de 03/12/24, enviado por e-mail para os conselheiros em 10/03. Pergunta se alguém tem alguma consideração sobre a ata do dia 03/12?. Não tendo nenhuma consideração, coloca para deliberação e aprovação. Pede que se mantenham como estão aqueles que aprovam a ata, se manifestem aqueles que desejam declarar abstenção ou não-aprovação. Nenhuma manifestação, ata aprovada por unanimidade. Entrando, nos informes gerais, Presidente pede que Oswaldo, fale sobre a Sétima Conferência das Cidades. Com a palavra engenheiro Oswaldo, cumprimenta a todos, informa que fará uma apresentação de uma síntese do que tem sido o processo de construção da sétima conferência municipal. E, como o

próprio secretário já mencionou, será realizada no próximo sábado. As Conferências das Cidades, na verdade, são processos de discussões periódicas instituídas pela União, através do Ministério das Cidades, onde ela propõe que a sociedade discuta e debata políticas das cidades brasileiras para que se possa, ao longo do tempo, sempre estar buscando novas soluções para os desafios das cidades. Então, através da participação popular, ela busca elaborar essas novas políticas junto ao Brasil todo, nos três entes federativos, Município, Estado e União. A portaria do Ministério da Cidade, número 175, instituída no ano passado, convocou a Sexta Conferência Nacional das Cidades com o tema Construindo a Política Nacional do Desenvolvimento Urbano - Caminhos para Cidades Inclusivas, Democráticas, Sustentáveis e com Justiça Social. Esses são os elementos que vão nortear a discussão pública, inicialmente, iria ser feita no ano passado, mas, com os eventos do Rio Grande do Sul, a União dilatou o prazo para esse ano. Então, por isso que a conferência vai transcorrer agora até o meio do ano. Feito isso, o Estado estabeleceu que as conferências estaduais serão feitas em 27 e 28 de junho e, para os municípios do Estado de São Paulo, foi determinado que fizessem até 30 de abril. E, São José optou pelo processo no período de 17 de janeiro a 30 de março, ou seja, foram feitas algumas questões e vai culminar com a conferência no dia 15 até o dia 30 para fazer o relatório final e encaminhar a São Paulo para depois ser discutida no mês de junho. Em linhas gerais, a portaria estabelece alguns objetivos, a interlocução entre gestores públicos dos entes federativos nos três níveis, Município, Estado e União, com os diversos segmentos da sociedade, visando à política nacional e movimento urbano, onde é revista periodicamente. E, pode ser que surjam demandas para a revisão do Estatuto da Cidade para mobilizar a sociedade, estabelecer metas, planos de ação para os problemas brasileiros, das cidades brasileiras e garantir a participação popular nesse processo de construção da política nacional. A portaria ainda estabelece, que, para realizar essa conferência, é necessário estabelecer uma comissão organizadora, dividida por vários segmentos. Essa proporcionalidade já é estabelecida pela própria portaria da União. Tem um percentual para movimentos populares, entidades sindicais, empresários, entidades profissionais acadêmicas, pesquisa e conselhos,

ONGs e administração pública. Já foi feita a reunião, composta a comissão, que vai estabelecer os critérios para a eleição dos delegados. Porque assim, a síntese da conferência, no final, é eleger os delegados de São José dos Campos, que vão levar as propostas da cidade para São Paulo. A portaria estadual definiu quais são os eixos temáticos. A União tinha estabelecido três eixos de discussão e o Estado de São Paulo ampliou para cinco. Então, os eixos que serão discutidos no sábado são urbanismo e habitação, infraestrutura e mobilidade, meio ambiente e mudanças climáticas, cidades inteligentes, governança e participação social. O decreto, foi de 14 de janeiro de 2025 e o primeiro ato da prefeitura foi constituir a comissão. Essa comissão, em função da proporcionalidade, ficou definida que seriam 12 membros, onde foram três da prefeitura mais o secretário, um da Câmara de Vereadores, o vereador José Luiz; Movimentos Populares, três; Trabalhadores e Sindicatos, um; Empresários, um; ONGs, um; e Entidades Profissionais Acadêmicas, um. Foram feitas três reuniões noturnas para construir a estrutura da conferência. E, a portaria da SEURBS, de 06 de janeiro, formalizou o nome dessas pessoas, porque é ter todo um rito consagrado, tem uma plataforma no Ministério da Cidade que todo o ato que feito tem que ser documentado para dar legitimidade no processo, para que a conferência seja legítima. Essa portaria também define o regimento da conferência e os critérios para eleição de delegados, a data local, tema e pauta da conferência. Os representantes foram, o secretário Manara, a Andreia da SEURBS, o Herbert do Obras, o Teles, da SEURBS, o vereador José Luiz, do Movimento Popular, a Antônia Lúcia, a Ângela e o Clécio. Os Trabalhadores, o sindicato foi o Osmar Ferreira, a Fabiana, da Aconvap, representou os empresários, Fernando, da Associação de Engenheiros, representou essa questão das entidades de classe e Jean do PIT, foi com relação a ONGs. Então com essas pessoas foi estruturada a comissão, criado um regimento interno, e após será passado a todos, os objetivos, as finalidades, a organização, o funcionamento, data, local, temário, pauta e a forma de participação. A programação do dia 15, inicia-se às 8:30 da manhã, com credenciamento presencial. Após a inscrição, e ao mesmo tempo também, aqueles que querem ser delegados, representando os seus segmentos, já chegam e já podem se inscrever candidatando-se a ser

delegado e no final da tarde, vai deliberar quais serão. Às 9:00 tem o ato público de abertura e a leitura do regulamento da conferência pelo secretário, após inicia um ciclo de quatro palestras curtas que são motivadoras do processo de discussão, que será no período da tarde. De manhã a intenção das palestras é dar subsídios e motivar a discussão. Das 11 e meia às 12:00 será feita a inscrição para os debates dos eixos temáticos. Cada eixo terá dois moderadores, para realmente promover o debate, fazer com que as pessoas coloquem as suas questões. E, num intervalo de uma hora e meia de almoço, a tarde retorna já diretamente com os eixos temáticos. Das 15 às 16 horas, após uma hora e meia, chega à conclusão de cinco propostas. Cada eixo tem que apresentar cinco propostas que vão ser homologadas pelos participantes do eixo. O moderador vai ler cada eixo das propostas, e não haverá discussão dessas cinco propostas na plenária geral e cada eixo define. Elas são simplesmente homologadas na plenária, mediante a leitura do moderador, e São José vai encaminhar 25 propostas para São Paulo. Feito isso, as pessoas que se inscreveram para delegados têm diversos segmentos. Tem o Movimento Popular, Trabalhadores, Sindicatos, todos aqueles segmentos vão se inscrever. São José tem que ter 60 delegados titulares e 60 suplentes, número definido pela população do município entre 500 mil habitantes e 1 milhão e 500 mil habitantes. Pode ser que tenha segmentos que não atinjam as vagas, todos serão fatalmente homologados. A ideia é que a eleição ocorra em meia hora, bem célere, porque a inscrição foi de manhã, o segmento já teve tempo para negociar quem será o delegado. E, se der tudo certo, às 17:30, o evento será encerrado. São quatro palestrantes, José Police Neto, Subsecretário de Desenvolvimento Urbano do Estado de São Paulo, Cidades Sustentáveis, Luciana Gatti, cientista do INPE, com Mudanças Climáticas, Paulo Guimarães, do CEO do Observatório de Mobilidade Urbana, com a Mobilidade e o Impacto nas Cidades. E Mario Mantovani, convidado para Clima e Biodiversidade. A prefeitura e representantes das comissões fizeram indicações, e esses foram os nomes escolhidos. E também a questão do tempo, tudo foi deliberado pela comissão, não é uma construção da prefeitura. Em cada eixo serão dois moderadores, questão definida em consenso com a comissão. No eixo Urbanismo e Habitação,

será o Tarzia, diretor de Habitação, e o doutor Jairo, defensor público. De Infraestrutura e Mobilidade, Almir, que está presente e Rodolfo, da SEMOB. Na questão do eixo de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Leonardo Lucchini, diretor técnico da Agência Ambiental, e o Mário Mantovani, da Fundação Florestal. Cidades Inteligentes, Mayara Rezende, que é da Visiona e o Renato Bosquilha, do PIT. E, na questão da Governança e Participação Social, Georges, diretor do PROCON e Renata Paiva, Secretária Adjunta da SASC. Da proporcionalidade, em função da faixa de população, serão 60 titulares e 60 suplentes, 24 gestores públicos, sendo que desses, um terço é da Câmara. Movimentos Populares, 16, Trabalhadores, 6, Entidades, 5, ONG, 3, Empresários, 6. Cada eixo gera cinco propostas, no total de 25. A Prefeitura fez toda uma mobilização nos canais oficiais, em sites, redes sociais, rádio, releases para a imprensa, e divulgou também pelos segmentos representantes da comissão organizadora. Todas as informações serão colocadas na plataforma, todas as portarias geradas, e, no final, o relatório final, com a lista dos delegados eleitos no processo, para que depois eles possam ter a legitimidade para discutir no Estado. Presidente agradece Oswaldo pelos esclarecimentos, lembra que, como esse é um colegiado bastante representativo, bastante alinhado com o propósito de uma conferência dessa envergadura, é importante que o CMDU, seus representantes, levem, motivem os seus pares nas suas respectivas instituições, para que se envolvam, participem, mais do que isso, eventualmente levem propostas para serem colocadas nessas cinco salas, nesses eixos, porque assim como é de praxe e é histórico o exercício de contribuição por uma cidade melhor, esse CMDU tem muito a contribuir em um processo de discussão que vai avançar para debates no Estado e também para todo o país, como uma conferência nacional. Lembra que, é preciso contar com todos e com a representação do CMDU no sábado, na nossa Sétima Conferência das Cidades. Seguindo com a pauta passa a palavra para Denise e Isabela, que vão apresentar o andamento das obras e, aproveitando, para agradecer novamente aos conselheiros que participam do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, que foram os primeiros que debateram sobre esses investimentos, e agradece a todos na plenária do CMDU pela aprovação que motivou esse esforço de obras que elas vão apresentar,

agradecendo também ao Alberto Nassur, o gestor de contrato, pelo apoio, e também ao Teles, que ajuda muito nessa coordenação das ações, seja do Conselho Gestor como também do próprio FMDU. Com a palavra a engenheira Denise, que cumprimenta a todos, vai fazer uma breve apresentação relacionada aos projetos e obras que estão em andamento pela SEURBS e com apoio da SGHO, com recursos provenientes da Outorga Onerosa do Direito de Construir. Inicia com as obras que estão em execução, a primeira é a obra da Praça Verão, que está sendo bastante veiculada na mídia. Ela está sendo construída no Jardim Morumbi, obra que foi licitada pelo valor de aproximadamente 2,5 milhões de reais e está sendo executada pela empresa VZO Engenharia, e a fiscalização ficou a cargo da SGHO. Essa obra foi realizada com recursos da outorga, que foram depositados no FMDU e a previsão de término é para o início de junho. A próxima obra que está em andamento é a urbanização de uma área verde pertencente ao Conjunto Residencial Dom Pedro II, fica na Zona Sul, e esse empreendimento vai comportar também o receptivo do Parque do Cerrado. Também é uma obra que foi financiada com recursos da outorga, depositados no FMDU. Ela foi licitada pelo valor de 1 milhão e 600, mais ou menos, está com a responsabilidade da empresa Multivale, e a fiscalização também está com a SGHO e a finalização dela será início de agosto. A próxima obra está em execução na Zona Leste, chamada de Praça San Rafael. Ela fica ali do lado da COOP, no Novo Horizonte. Obra que também está sendo realizada com recursos da outorga, porém, não com valores depositados no fundo, mas sim com valores referentes ao fator de sustentabilidade que fazem parte do decreto. Ela está estimada, em mais ou menos 900 mil reais, sendo executada pelo empreendedor que optou a utilizar a outorga, que é a Kyma Empreendimentos, antiga Imobille. Essa obra teve a duração, mais ou menos, de seis meses, e a previsão é que seja finalizada nos próximos dez dias, e a fiscalização dessa obra ficou com a equipe da SEURBS. Presidente informa que nessa primeira obra, dentro dessa estratégia, vai pedir para que a secretária executiva Marisa, quando agendar a inauguração, obviamente, a presença do prefeito e tudo, mas também garantir o convite e a participação do CMDU e dos conselheiros. Dando continuidade Denise informa a obra que está em execução é a Reforma e Ampliação da Praça na Vila Adriana. Ela

foi realizada com recursos da outorga, depositados no FMDU, e ficou com a responsabilidade de execução e fiscalização pela SGHO. Na sequência Denise passa as informações do andamento da requalificação do Mercado Municipal, que está sendo realizada também com recursos da outorga, depositados no FMDU, projeto e execução estão com a equipe da SGHO. Na seguência vai apresentar os projetos que estão em desenvolvimento e que ainda não entraram em licitação ou em execução. O primeiro é o projeto do Campo dos Alemães, em fase de desenvolvimento de projetos e será colocado para licitar em breve. Foram feitas algumas pequenas alterações no layout por conta de solicitação do governo. Essa praça já foi apresentada no final do ano passado para o Conselho. Ela vai ser realizada com recursos que estão depositados no FMDU. Na sequência, a revitalização de uma área verde na Vista Verde, Zona Leste, que é onde contempla hoje, duas pistas de skate. É uma obra proveniente de recursos da outorga, mas também com recursos utilizado no fator de sustentabilidade. Essa é uma obra que vai ser executada pelo empreendedor, a empresa RDC. Ela está estimada em mais ou menos 970 mil reais, será feita toda a revitalização da área, mantendo os equipamentos que já tem, mas farão todo o entorno. Já tem o projeto em etapa de desenvolvimento, estão finalizando o orçamento para indicar o início de execução. Na sequência, Denise apresenta o projeto de urbanização da área verde, que fica ao lado do Shopping Colinas, na Avenida Doutor Eduardo Cury, também utilizando o fator de sustentabilidade da outorga. É um valor até razoável, em torno de 1 milhão e 300, eles farão toda a área de urbanização e paisagismo que fica pegando dois empreendimentos na Eduardo Cury. O projeto já está com orçamento aprovado. Agora, aguardando o início das obras que fica vinculado ao habite-se do empreendedor. Na sequência, apresenta um projeto também já aprovado e já com orçamento, de uma pequena intervenção que vai ocorrer na Rua Padre Rodolfo. E, somente aguardando a equipe da SEMOB avaliar alguns pequenos itens em relação à viabilidade ou não da execução, dado o tempo em que acabou levando entre projeto e execução. É um empreendimento que está utilizando recursos da outorga por meio do fator de sustentabilidade e fica a cargo da empresa solicitante, a Kyma Empreendimentos. A previsão dessa

execução será no máximo até o final desse ano. E o último projeto é uma solicitação nova de utilização da outorga a partir do fator de sustentabilidade pela empresa RDC. A proposta é de uma intervenção urbanística na Praça Mário Cesáre Porto, no Jardim Satélite. Essa intervenção vai ficar estimada em 1 milhão e 400 mil, onde estão sendo indicadas algumas intervenções, pista de skate, espaço canino, dentre outras, e está na etapa de projeto conceitual. Na realidade, foi encaminhada a diretriz para a empresa e ela vai desenvolver projeto e orçamento para que isso fique encaixado no valor que eles têm em relação à outorga. E, na sequência Denise vai apresentar a espacialização dessas obras que forams apresentadas com o recurso da outorga em relação às regiões da cidade. No mapa, apresenta todas as obras, o posicionamento delas, tentando atender todas as regiões da cidade. No momento, está faltando uma intervenção na Zona Norte, que será apresentada para o Conselho pela arquiteta Isabela. Presidente Manara, antes da apresentação da Isabela, reforça dois aspectos muito importantes. Primeiro, que, assim como projetado em 2018, na ampla discussão e debate sobre o advento da outorga onerosa, que não foi uma negociação fácil, porque, por óbvio, são muitas circunstâncias que envolvem isso, não foi uma negociação fácil. Mas, desde então, todos os regramentos, a regra do jogo, o trilho normativo, a legalidade, a segurança jurídica, foi, de primeiro plano, assegurada, inclusive, aqui, por esse Conselho. Então, primeiro, foi construído um trilho normativo para dar segurança jurídica para a existência do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. Foi dada a legitimidade da transparência do processo participativo do controle social, que é fundamental para o bem gerir um recurso que é público. Então, o Conselho Gestor tem feito o seu papel subsidiando e orientando essa plenária para que tenha, além da segurança jurídica, a força do processo decisório de um colegiado pelo bom investimento com esses recursos. Então, essa é a primeira questão que reforça, apresentando as primeiras obras de que nós souberam, como colegiado, construir um fundo municipal com a devida legalidade e segurança jurídica, transparência e controle social no trato com os recursos públicos. O segundo aspecto é aquela relevância que foi prometida, que esse recurso não iria ser destinado para pintar sarjeta,

para fazer perfumarias, para fazer rotatória, porque era uma preocupação dele se misturar com outras destinações de fundos e varejo na intervenção de melhorias da cidade. Desde o princípio, foi garantido que esse recurso vai transformar bairros, transformar regiões, melhorar a habitabilidade, melhorar as condições, a dignidade e a oferta de qualidade de vida para as pessoas. Então, praças são um exemplo muito forte, onde todos devem se sentir muito orgulhosos e honrados por poder contribuir nesse processo, porque, nesse entorno, tem 10, 15, 20 mil pessoas que não tinham áreas de lazer, áreas públicas, para usufruto, para sua qualidade de vida. Então, outro ponto que é fundamental, a outorga onerosa cumpre essa função urbanística e social ao melhorar a cidade de São José dos Campos e distribuído nas suas várias regiões. Então, ela serve também para, a população ocupar, com esses recursos, regiões mais periféricas, regiões que, são historicamente desprovidas de equipamentos públicos de qualidade. Então, a outorga onerosa, que nasce em 2018, 2019, no Plano Diretor e no zoneamento, no processo pesado de discussão, já cumpre diretrizes apontadas no Plano Diretor, em que foram identificados locais e regiões da cidade desbalanceadas da oferta de equipamentos públicos. Então, é importante assegurar e dar essa tranquilidade para todos, conselheiros do CMDU, de que, passados esses anos, a outorga onerosa, no início da sua aplicação através do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, tem cumprido fielmente o seu verdadeiro propósito. E, com isso, Presidente parabeniza toda a equipe do Departamento de Planejamento Urbano, na figura do Oswaldo, diretor, Denise, da chefia, e toda a equipe, com a Isabela, que construíram esse processo, esse entendimento e esses excelentes projetos. Que, não é fácil negociar com as construtoras, fazer o processo de fiscalização, mas, enfim, isso que elas estão apresentando dá bastante segurança e "nos deixa realmente orgulhosos de, como conselho, como um colegiado, nós sermos condutores de um processo do bem, do uso, a bem da população, de um recurso público como esse". Com a palavra Isabela, arquiteta da SEURBS, que vai apresentar, a nova obra que está sendo planejada para a Zona Norte, que estava faltando ser contemplada com os recursos da outorga onerosa. Inicia, informando que a Vila Rossi, é uma das áreas da Região Norte, uma das mais adensadas, apesar de ter vários equipamentos

públicos, tem escolas, centro comunitário, mas não tem uma área verde de lazer. Próximo a ela, tem o Parque da Cidade, porém, a região em si está separada. O Parque da Cidade não seria um equipamento de dia a dia, porque tem a Avenida Rui Barbosa e a Olivio Gomes, que funcionam como um delimitador. Ela não facilita o acesso para o dia a dia dessas pessoas. Então a área eleita, era o antigo canteiro de obras da Via Oeste, da Via Norte, perto de conjuntos residenciais, uma área bastante adensada. Presidente lembra, que é importante ajustarem o foco nessa leitura, no que vai ser apresentado agora, porque esse assunto entra na deliberação de hoje. Então após a apresentação, o Oswaldo vai relatar a reunião do Conselho Gestor de ontem. Isabela continua falando que o está com solo exposto, uma área de mais ou menos 6 mil metros quadrados. Ele é usado como estacionamento de automóveis, também não têm uma infraestrutura de lazer. Diferente da Praça Verão, que é junto da Linha Verde, acredita que vai ter uma atração regional de população, na Vila Rossi, essa atração de vizinhança, do pessoal da localidade. Que, houve vários pedidos de urbanização dessa área, muita demanda. E, do conceito do projeto, a primeira coisa, será prover vagas de estacionamento, para atender o pessoal desses conjuntos, também para trazer uma facilidade para quem for utilizar a praça. Uma quadra poliesportiva, uma área de ginástica com pista de corrida, um espaço canino e um parquinho inclusivo, que essa é uma modalidade, que todos os lugares sejam acessíveis, com atividades para crianças e cadeirantes. E, para complementar, uma pista de caminhada. E, com foco na sustentabilidade, está sendo colocado drenagem sustentável na figura de valas de drenagem, valas de infiltração, um equipamento complementar à drenagem convencional. Ela filtra a água, ajuda na qualidade da água que vai para os corpos d'água. E, além disso, vai promover o plantio de 60 árvores de grande porte, para promover o sombreamento, o esfriamento do local, de espécies nativas. Presidente lembra que, esses dispositivos de infraestrutura verde, soluções baseadas na natureza, esse colegiado participou ativamente, trouxe a informação de todo o andamento do contrato com a FCTH USP, com recursos do FEHIDRO, e, São José dos Campos tem, a sua política no Manual de Drenagem Sustentável com Infraestrutura Verde e Soluções Baseadas na Natureza. Foram dois anos

de estudos em campo, de trabalhos intensos, outra conquista muito grande para a qualidade ambiental urbana, para a resiliência da cidade e para a sustentabilidade, com dispositivos auxiliares, inclusive, no enfrentamento das mudanças climáticas, que a questão da drenagem hoje tem essa grande importância para o ambiente urbano, de ser um equipamento importante para o enfrentamento das mudanças climáticas. E, todas essas obras já nascem alinhadas com esse manual de sustentabilidade. É por isso que, em um Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, que utilizem isso, demandem, divulguem nas suas instituições. Está disponível já no site que São José o manual orientativo para drenagem sustentável, infraestrutura verde, e no conceito que é trazido no mundo, que é o SBN, Soluções Baseadas na Natureza. Inclusive, na Conferência das Cidades, quando o palestrante Police, falou sobre o tema, encaminhou foto do manual para ele, porque ele está levando o manual de sustentabilidade e solução baseada na natureza do Estado, ele está levando nos eventos, como orientativo aos municípios, mas São José dos Campos, inclusive, discutido e já demonstrado aqui nas reuniões toda a evolução. Presidente pede que, divulguem para esse manual e que seja realmente utilizado nas obras, em todos os investimentos transformadores da cidade. Isabela conclui que, além da área de lazer, tem áreas de espaço canino, que é o projeto padrão já implantado em vários locais da cidade. É uma área de mais ou menos, 6.250 m² e está, por enquanto, com um custo estimado de 2 milhões e 500, em torno de 400 reais o metro quadrado. Presidente passa a palavra para a conselheira Ângela Paiva, da AELO, que pede para fazer algumas considerações, diante do que foi apresentado. "No sentido da participação do empreendedor, no caso da RDC, parabenizar a RDC, porque você participar da outorga depositando dinheiro é muito bom, eu acho que é correto, e a gente está vendo o resultado positivo no município. Mas, quando o empreendedor se dispõe a participar também, eu acho interessante, porque ele também participa do crescimento e do desenvolvimento da cidade e isso é bom. A gente, empreendedores da cidade, ficamos contentes quando a gente vê isso, o cuidado com a cidade também em participar. Parabéns à RDC por isso. E a aplicação dos recursos, a gente tem visto que, realmente, você falou 15 mil pessoas, eu

acho que impacta até muito mais pessoas no entorno, por alguns estudos que eu estava fazendo esses dias, em relação ao entorno, a nossa cidade é muito populosa. Então, acho que esse impacto é até maior. Em relação, você falou dos projetos da Zona Norte, eu acho perfeito, diante das soluções de drenagem, as mudanças climáticas, e também garantir essa permeabilidade do solo de maneira correta. E isso ajuda no entorno para que evitem outros problemas. Eu acho que é perfeito isso aí. Eu estou de acordo". Presidente agradece Ângela, e reforçando, a chamada dela foi muito oportuna, porque, realmente, a RDC, já entregou um pump track em São Francisco Xavier, que ficou um espetáculo. E, diante da colocação, sugere ao colegiado, para um encaminhamento, decorrente dessa observação pertinente, que o CMDU envie, por e-mail, um agradecimento em nome do colegiado pelo esforço dessas duas empresas na realização das obras. Porque, realmente, o depositar não é que não seja importante, mas é o mais fácil. E é importante, que o CMDU demonstre também para as empresas que está atento a esse esforço e a essa contribuição das empresas. Presidente pede que, numa deliberação prévia, se todos concordarem, vai pedir para a Marisa, enviar por e-mail para as diretorias, para os empreendedores, esse agradecimento ocorrido, na reunião, em razão dessas obras, dessas duas empresas. Pede que fiquem como estão aqueles que concordam com esse encaminhamento, manifestem-se aqueles que discordam ou desejam abstenção. Nenhuma manifestação, aprovado o encaminhamento por unanimidade. Agradece a Ângela pela colocação muito pertinente. Presidente passa a palavra para Rodrigo e Alex da SGHO apresentarem a requalificação do Mercado Municipal que também será tema de deliberação na data de hoje. Com a palavra Rodrigo, chefe da Fiscalização de Obras, da Secretaria de Obras que fará uma apresentação. Primeiro, falar um pouco sobre o que foi o conceito do projeto, o que elaborou para fazer essa requalificação, como está o andamento da obra e qual a necessidade para finalizar os trabalhos que serão apresentados na reunião. Com a palavra Alex, arquiteto da Secretaria de Obras, autor do projeto pela requalificação do Mercado Municipal. Para caracterizar, a questão do bem, primeiramente, é necessário trazer o contexto dessa reunião, dessa pauta, sobre a importância, a magnitude da importância do Mercado Municipal no

contexto urbano. O Mercado Municipal faz parte da morfologia da cidade, em especial no que diz respeito à centralidade. Ele é um bem que teve um início, um exercício de atividade mercantil no final do século XIX, foi construído aquele entorno que conhecemos hoje, pelo menos a sua primeira versão, tinha um segmento eclético naquela época. E, a partir disso, foi sendo mudado, atualizado, conforme a cidade foi crescendo ao seu entorno também. O Mercado Municipal é uma testemunha sobre o desenvolvimento de São José dos Campos. E, nisso, o cidadão Joseense tomou o Mercado Municipal como sua raiz, como um objeto de pertença, o que é muito justo. Então, todas as referências que se tem da cidade, pelo menos grande parte dela, referem-se ao Mercado Municipal quando se fala de história e crescimento urbano. É muito importante também ter esse entendimento de que existe a necessidade de ser observado, porque ele ficou abandonado por muitos anos. Algumas questões paliativas foram tomadas para reparos pontuais. Entretanto, nada que se compare a algo que trouxesse uma situação de qualidade e bem-estar, que é o que o bem precisa. Então, pensando na longevidade do prédio, que completou 100 anos em 2021, a proposta são intervenções que fazem jus ao significado dele. É uma obra de grande magnitude que vai estar interferindo muito no que tem, principalmente na sua questão de infraestrutura. Então, transcende essa questão estética. Na tela apresenta a contextualização e que trouxe a história evolutiva do Mercado Municipal, onde e ele sempre sofreu atualizações. Porém, em 1994, aconteceu o tombamento da fachada, ele é um EP2, onde o bem é preservado apenas na sua volumetria, e isso fez com que muitas intervenções posteriores passassem a ser feitas com mais moderação e respeito, principalmente. Essa intervenção faz jus a isso também. O projeto já foi aprovado pelo Compaq e muitas das soluções adotadas no empreendimento agora, na obra, são orientações, provindas do Compaq, como sugestões para que fosse respeitado e mantido o que é o significado histórico e patrimonial do bem, mas também que trouxesse a qualidade, segurança, salubridade que ele tanto exige. Hoje, ele tem um potencial turístico, pelo Plano Diretor de Turismo Sustentável, que o mercado encontra-se em oitavo lugar do ranqueamento, em questões de atratividade, dos bens do município. E pelo que o Mercado Municipal oferece, após a entrega da obra, existe a

possibilidade dele subir mais nesse ranqueamento. Porque, muito mais do que um bem, do que um prédio em si, existe um exercício do cidadão Joseense dentro do mercado. Existe uma funcionalidade em que tem as práticas mercantis dentro, tem a questão do encontro, tem as pessoas que visitam para fazer-se parte daquele bem, tem pessoas que fazem memória, que lembram da infância. E hoje, a situação que ele se encontra, está muito degradado e ainda assim, ele é muito bem frequentado. As pessoas frequentam, mesmo onde as questões de salubridade são questionáveis, porque existe esse apreço, existe uma importância muito grande no prédio. Presidente informa que o mercado está numa posição, muito importante para o entendimento da revitalização da região central como um todo. Ele soma a outros grandes processos transformadores que estão em curso, como, por exemplo, a concessão do Parque da Cidade. Lembrando que ele está a 700 metros da estação ferroviária, o parque terá a sua entrada virada para Sebastião Gualberto, que já está em obras. Então assim, é todo um contexto, uma leitura urbanística de requalificação de que ele é uma peça histórica, tem o acolhimento de todo Joseense, é um prédio não só histórico do seu ponto de vista funcional, mas histórico do ponto de vista da história para a cidade e da sensação de pertencimento das pessoas. Mas ele é um esteio do processo de requalificação urbanística de toda a região central. Então, esse investimento, dentro do prédio ele é transformador, mas ele é chave no processo de revitalização da região central. Alex dá continuidade a apresentação, e, dentro do que o Manara falou, lembra que, a Rua Quinze, foi totalmente revitalizada, tirado os cabeamentos aéreos, a Praça Afonso Pena, Cônego Lima também, foram recentemente reformadas. No mercado tem a questão das coberturas, os telhados estão bem críticos, com goteiras. Pelo volume de chuva que hoje em dia está mais intenso, as calhas já não estão suportando mais. E, dentre outros problemas a situação de degradação que o mercado acabou sofrendo ao longo do tempo, por falta de manutenção, enfim, entre tantas coisas, o mais grave é que houveram muitas questões de instalações improvisadas e que acabaram se tornando permanentes. Principalmente na questão da linha entre os compartimentos, os boxes e as bancas. Isso trouxe uma certa insegurança, principalmente na parte da administração pública, tendo em

vista que o prédio hoje não tem o AVCB. Então, existe a necessidade de repensar toda a estrutura do prédio, não apenas trocar um piso e dar um banho de tinta, de fazer toda a reconstrução dos ramais, seja de esgoto, seja de abastecimento hídrico, porque também a obra já está em andamento. Rodrigo diz que no andamento da obra, descobriram que não existia caixa de gordura. Então, toda a tubulação de esgoto, praticamente uma vez por semana, ela entope e o pessoal da manutenção da SIDE faz o desentupimento com hidrojato. Existem alguns pontos mais críticos que essa água que é injetada com pressão para poder limpar a tubulação, ela simplesmente desaparece, não vai para nenhuma caixa de passagem. Ou seja, tem alguma vala, algum caminho que ela tomou por conta própria no chão. Nessa reforma, vai ser removido todo o piso existente, vai escavar todos os corredores, fazer todas as infraestruturas do zero, nada será aproveitado. A única coisa que vai ser mantida é a descida de água pluvial. Alex lembra que, a coisa mais importante que é preciso levantar é que a obra está observando o Manual de Estratégias Sustentáveis do Município. E o objetivo é de de atingir 540 pontos a ponto de obter um selo de obra sustentável. O Município de São José dos Campos precisa que os seus bens públicos sejam exemplo e referência para os munícipes também. Foi concluída a reforma dos sanitários, com acessibilidade, a reforma da lixeira coletiva e vestiário. Esses itens correspondem a 14,95 pontos de conclusão da obra. A área total dele é de mais de 3 mil metros quadrados e a obra ainda prevê a troca do piso, a nova pintura. Hoje o piso que se encontra é um piso cerâmico convencional, talvez com um PI maior, mais elevado, entretanto, pelo tempo, pela idade, ele acabou se deteriorando. O piso proposto foi pensado de forma que ele aguente grandes impactos, tanto que está sendo adotada a cerâmica estrudada, ela aguenta até 6 toneladas por metro quadrado, ela é íntegra, ou seja, ela não tem uma película de pintura, a massa dela é feita totalmente já da cor. A proposta é essa justamente para que, ao longo do tempo, não exista a degradação desse piso, que é uma das maiores preocupações também sobre essa composição no chão. Quando for desgastando a superfície do piso, como ele é inteiro da mesma cor, não vai ver diferenciação. E também, em uma substituição do piso no futuro, quando precisar trocar alguma área, que for fazer alguma reforma, consegue substituir bem mais fácil do que um

porcelanato, um piso cerâmico que muda a coloração de acordo com a fabricação do lote. Alex informa que a pintura, foi recomendada pela Fundação Cultural, que eles têm um histórico de cores, uma paleta. Então não é uma paleta oficializada, mas é uma paleta recomendada pelo órgão de preservação ao patrimônio. O projeto foi repensado em cima, do Manual de Estratégias Sustentáveis, mas também em atendimento, ao Código de Obras do Município. Na tela mostra fotos dos banheiros, lixeira, vestiário totalmente reformados. As próximas etapas, será a necessidade da troca do piso e sistema de drenagem e esgoto, que vai ser uma das maiores intervenções. A revitalização das fachadas, já foi iniciada, mas falta toda a questão de pintura. Será feita a troca dos telhados e calhas, hoje o sistema de calha e drenagem aérea do mercado municipal, o dimensionamento dele não está comportando mais. Existe o extrapolamento de muitos pontos e acaba tendo retorno e até mesmo alguns pontos foram estourados. E algumas medidas improvisadas foram feitas, de substituir uma parte da chapa, por um curto período para evitar grandes problemas, mas ainda existe goteiras. Muitos problemas de fixação de telhas, pontos de ferrugem acabam se soltando nos pontos de fixação. E o pessoal de manutenção volta e meia tem que trocar peça de telha ou criar um ponto de fixação diferente. As telhas vão ser trocadas por telha termoacústica, e em alguns trechos telha translúcida no sistema para o conforto térmico. Essa telha nova proposta, ela também traz essa questão acústica, ela minimiza muito o barulho. Também é prevista a troca do sistema de iluminação para um sistema LED, para ser muito mais eficiente. Os corredores entre os boxes e as bancas, nas perimetrais do mercado municipal, é muito escuro, por conta das bancas que se encontram. Como não serão removidas as bancas, essas atividades serão mantidas, e a solução adotada é trazer eficiência para o tipo de iluminação utilizado nesses corredores. E, por fim, pretende-se um recurso de 3 milhões de reais ao FMDU, para que possam dar continuidade a obra que já está em andamento e que possam cumprir com esse compromisso que foi assumido pela administração pública, para a entrega ao Joseense, que tem ansiedade para ver o edifício novo, cuidado e, principalmente, seguro. Rodrigo acha importante que, ao final da reforma, o Mercadão vai ser passado para a Associação dos Comerciantes do Mercadão. Esse é um

tratado que foi feito entre a prefeitura e a associação. E, nessa etapa que vai ser a mais crítica, é a troca do telhado, troca do piso, rede de esgoto, rede elétrica, será dividida em três partes. Em cada parte, um terço dos lojistas vão ser passados para uma estrutura provisória do lado externo. Dentro desse contrato não estão os módulos, mas está toda a infraestrutura dos módulos que vão receber esses lojistas. E, a cada fim de etapa, eles voltam para o local deles e o outro um terço vai para fora e assim até terminar as três partes. Esse vai ser o maior desafio, porque, no momento que eles estiverem do lado externo, eles vão pressionar para conseguir concluir nos prazos estabelecidos. Presidente Manara, antes de abrir para manifestação e questionamentos, parabeniza por essa requalificação e lembra a todos os conselheiros que isso é um complemento. Foi apresentado parte do esforço de obra que foi feito, já com recursos iniciais aprovados, e que agora há necessidade dessa complementação de verba para a totalidade do que é necessário no mercado municipal. Enaltece o acolhimento pela SGHO da proposta da questão da sustentabilidade das obras. E, comunica o conselho que foi atingido, o centésimo projeto com o selo São José Sustentável, 100 edificações trazidas que extrapolaram o teto da pontuação. Isso vai ser motivo de um dos itens de uma coletiva de imprensa que será anunciada pelo prefeito. Presidente parabeniza a equipe da SEURBS, que atua na incorporação dessas evoluções do ambiente construído, do green building, da construção verde, como política pública na cidade. E também agradece o acolhimento por parte do setor, que tem dado esse respaldo. São José está se tornando uma referência no Brasil em termos das estratégias sustentáveis na construção civil. E aproveita para noticiar os novos decretos, o 19.888, já publicado em 2025, que é o novo Manual de Sustentabilidade, parabeniza toda a equipe também do Depur, que trabalhou nisso, com apoio da DGA e também da equipe do Rodolfo. Enfim, toda a SEURBS empenhada nessa modernização. Um dos itens, por exemplo, é a inovação, a pontuação a ser atribuída à obra carbono neutro. São José é a primeira cidade no Brasil falando disso, que indica para o setor da construção civil "venham fazer aqui obra carbono neutro". A obra carbono neutro é um guarda-chuva, é um leque de iniciativas que a cidade toda ganha. Parabeniza a SGHO, a secretária adjunta Flávia, agradece por

essa parceria com a SEURBS também na fiscalização dessas obras. Que, a participação da SGHO está sendo fundamental para o sucesso dos investimentos, dos recursos da outorga onerosa. Presidente coloca para deliberação, para que a secretaria executiva do CMDU, como colegiado, encaminhe para a SEPAC- Secretaria de Proteção ao Cidadão, para o secretário Rafael, a solicitação de que, na Praça San Rafael e na Praça Verão, e também no Parque Dom Pedro, já sejam previstas a colocação das câmeras de vigilância, já que na data de ontem o Prefeito anunciou a ampliação das câmeras no serviço do CSI. E, agora no momento que essas praças serão entregues, já saírem com esse serviço adicional da vigilância. Pergunta quem concorda permaneça como estão, quem deseja abstenção ou não concorda se manifeste. Nenhuma manifestação, aprovado por unanimidade. Presidente informa ao conselho da publicação do Decreto 19.898 de 2025, que trata da liberação de atividade econômica de baixo risco. São José dos Campos é a cidade em que, pela Lei de Liberdade Econômica, 1.219 atividades hoje estão liberadas em um processo de desburocratização. É um recorde no cenário brasileiro, da cidade que é mais referência no processo desburocratizado de abertura de empresas e que todos possam operar, gerar nota, gerar emprego na cidade. Parabeniza a sala do empreendedor por mais essa conquista. E o decreto 19.888, que regulamenta e institui o Manual de Sustentabilidade, que é o manual 2.0, inclusive, do carbono neutro. E, o 19.894, que é a nova regulamentação do Código de Identificações da Lei Complementar 651 de 2022, que traz essas novas regulamentações. Parabeniza todos os envolvidos na modernização dessas políticas públicas. Com a palavra Nassur, chefe de contratos da SEURBS, fará uma demonstração financeira do nosso fundo. "Em janeiro de 2024, tínhamos 17 milhões, 685 mil reais de saldo. Nós tivemos, no ano passado, uma receita de 6 milhões, 375, onde 4 milhões, 477 foi outorga e 1 milhão, 897 foi rendimento financeiro. As despesas no ano passado foi de 1 milhão, 785, onde 1 milhão, 243 foi desvinculado, 573 uma desvinculação, uma devolução de desvinculação feita a maior. E nós tivemos 189 mil reais de uma devolução de outorga, de um projeto que não andou, e pediram a devolução desta outorga. O que nós tínhamos de projetos aprovados? A Praça Verão foi aprovada 2 milhões, 445 mil. Houve um pagamento de 550, ainda tem 1 milhão, 891

para pagamento. O Receptivo do Cerrado, 2 milhões, 151 aprovado. Os pagamentos estão sendo efetuados este ano. A Praça do Campo dos Alemães, que já tinha aprovação de praticamente 5 milhões e meio, ela está agora indo para a licitação, terminando o projeto. O Geosanja foi aprovado 3 milhões de reais e o pagamento fica agora para este ano de 2025. Uma regularização fundiária da SGHO de 2 milhões de reais, e esse dinheiro também, o pagamento está para este ano de 2025. A requalificação do mercado municipal, 3 milhões, 728. Ano passado foi aprovado 728 mil, porque não existia um saldo disponível, não financeiro, mas contábil, na ficha, no dia em que foi feita a aprovação. O que ficou definido? Estava aprovando, na época, 728 mil reais para as obras que começaram ano passado, e agora o pedido deles de 3 milhões para a continuidade dessas obras. Nós temos a Praça da Vila Adriana, 1 milhão, 542.000, já houve alguns pagamentos. E agora o pedido também da Praça da Vila Rossi. Então, nós temos hoje um saldo contábil, na contabilidade, de 22 milhões. E o saldo do fundo em 31 de dezembro de 2024 era de 579 mil reais. Em 2025, abre com um saldo de 22 milhões, que fechou o ano passado. Nós já tivemos pagamentos de outorga de 2 milhões, 412 mil esse ano, um rendimento financeiro de 441 mil reais. Isso tudo é janeiro e fevereiro. E é ali, já listando alguns pagamentos que entraram esse ano, então, o receptivo de Cerrado, 61 mil reais já foi pago; a requalificação no mercado 177 mil já pago; a Vila Adriana já efetuamos quase 400 mil reais de pagamento. Saldo final hoje de 23 milhões, 749 mil. Tirando todos os projetos aprovados, nós temos na ficha 3 milhões, 432 mil reais, ainda disponível para novos projetos". Nassur finaliza, informando que, o pedido do mercado municipal e da praça, para aprovação, tem cobertura financeira. Presidente agradece Nassur e passa a palavra para que Oswaldo relate sobre a reunião de ontem do Conselho Gestor do FMDU. Oswaldo cumprimenta a todos, inicia explicando que, na legislação que rege o fundo, o conselho gestor é composto por seis membros, que tem a responsabilidade de avalizar os projetos que são aptos a serem apresentados na plenária para a deliberação de uso do recurso. Os representantes, do FMDU, o engenheiro Rodolfo, engenheiro Rodrigo Lux e o Paulo Caon da prefeitura, do parcelamento do solo, e da sociedade civil a engenheira Maria Rita pela Aconvap, Walter Brant pela Associação

dos Engenheiros e a Fabiana, que representa a Reserva das Figueiras, como Sab. Os projetos foram apresentados na data de ontem, foram considerados aptos, só houve uma ressalva, uma solicitação do conselho gestor que, para os próximos projetos, detalhe um pouco mais o orçamento de custos. Mas que, nesse primeiro momento, eles não viam óbice à submissão dos projetos na plenária, porque eles entenderam que eram hábeis. Que, tem 35 anos de prefeitura, que gosta muito do que participou, do que fêz ao longo do tempo, mas acha que nunca esteve tão satisfeito no planejamento de ter participado dessa política pública, e hoje ver, de fato, o planejamento concretizando na cidade. Que, vai terminando a carreira, de certa forma, com muita satisfação, porque nunca batalhou tanto, mas acha que foi a partir dessa política que realmente que conseguiu concretizar coisas, que sempre foram sonhadas por tanta gente que já foi, e ficou para ver e está muito feliz e satisfeito. Presidente agradece Oswaldo e coloca para deliberação final. Com a palavra doutora Gabriela, que pergunta se "vai deliberar sobre estar utilizando parte dos recursos que estão no fundo para esses projetos que a gente apresentou aqui. Aí são dúvidas, como jurídico, que eu vou trazer aqui. Esses orçamentos que a gente vai deliberar agora vão passar por um processo de contratação via licitação depois, e isso depois vai haver uma prestação de contas para o Conselho. É assim que funciona?". Presidente responde que, o que está sendo aprovado é o início do processo de contratação, que vai atender todo o rigor dos certames em atendimento à lei, e depois ele volta informando da finalização do processo. Tem um valor projetado, e depois, a hora que o certame definir o valor correto, volta e informa, e o Nassur apresenta sempre o balanço do fundo com os recursos já contratados. Então, não tendo mais dúvidas e questionamentos, lembrando que vai ser deliberado sobre dois projetos que foram apresentados, que é a requalificação da área verde da Vila Rossi e o complemento da verba para a continuidade da reforma do mercado municipal. Esse assunto passou pelo Conselho Gestor do Fundo na data de ontem, foi aprovado para subsidiar o pleno de hoje, com a única ressalva de que as próximas propostas devem vir com mais detalhamento dos recursos sendo solicitados, mas aprovou a submissão, hoje à aplicação na plenária. Então coloca para deliberação dos

conselheiros e pede que fiquem como estão aqueles que aprovam, e se manifestem aqueles que desejam abstenção ou não-aprovação. Sem nenhuma manifestação, solicitação de recursos aprovados por unanimidade. Presidente parabeniza todos os projetistas, aqueles que estão empenhados na construção dessas grandes conquistas para a cidade. E, estão aprovados os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano para a requalificação da área verde da Vila Rossi e o complemento de verba para a continuidade da reforma no mercado municipal. Nada mais a tratar, presidente agradece a presença de todos e convida para "aproveitarem dos quitutes da Marisa, da nossa múltipla secretária executiva", encerra a reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.

Marcelo Pereira Manara
Presidente

Marisa do Prado Sá Durante
Secretária Executiva